

## Diálogo de fronteira: as noções de tempo-espaço entre a Filosofia e a História

DAIANE LOPES ELIAS\*

O presente texto visa dialogar com algumas das principais interpretações das noções de tempo-espaço na fronteira entre a Filosofia e a História, com o intuito de analisar como essas noções foram experimentadas e, conseqüentemente, interpretadas pelas respectivas áreas do conhecimento.

Sendo assim, escolheu-se alguns pensadores que, em alguma medida, dedicaram-se à reflexão das noções de tempo e espaço em suas obras, dentre eles estão: Henri Bergson, Immanuel Kant, Reinhart Koselleck e Hans Gumbrecht. Cada um, a seu modo, contribuiu para a reflexão das categorias de tempo e espaço, o que permitiu que se pudesse estabelecer esse “diálogo de fronteira”. Diálogo que demonstra a variedade de interpretações, os pontos em comum, bem como as divergências e a própria mudança do tempo-espaço, entendido a partir das várias formas de experimentação humanas. Essa consciência da transformação imposta pelo tempo é de fundamental importância para que assim se possa ir de encontro ao anacronismo.

Para o filósofo francês Henri Bergson, por exemplo, a noção de tempo, inicialmente, confunde-se com a própria continuidade da vida interior e as transições pelas quais passam os homens, o que implica na própria duração humana. O conceito de duração seria então a memória que ligaria os instantes até então isolados numa cadeia prolongada de “antes no depois”, o que impediria que o tempo fosse experimentado apenas no instante, indo de encontro a um tempo de puro presente, pois o que temos, segundo o filósofo, é a união desses instantes através de um “antes” que perdura no “depois”, ou seja, o tempo nada mais seria do que uma duração consciente, por isso mesmo sua afirmação de que toda duração implicaria necessariamente em consciência.<sup>1</sup>

---

\* Bolsista Capes no curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em História Social (PPGHIS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

1 Ver BERGSON, Henri. *Duração e simultaneidade: a propósito da Teoria de Einstein*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

Desse modo, se o tempo não é formado por puros instantes, se o tempo é duração do antes no depois através da consciência, esse tempo deve ser experimentado, vivido, para ser real. Afinal, a consciência da duração não está nas coisas do mundo, mas está no homem que transfere essa consciência temporal para o mundo material circundante a ele. Sendo assim, Henri Bergson observa:

A bem dizer, é impossível distinguir entre a duração, por mais curta que seja, que separa dois instantes e uma memória que os ligasse entre si, pois a duração é essencialmente uma continuação do que não é mais no que é. Eis aí o tempo real, ou seja, percebido e vivido. Eis também qualquer tempo concebido, pois não se pode conceber um tempo sem representá-lo percebido e vivido. Duração implica portanto consciência; e pomos consciência no fundo das coisas pelo próprio fato de lhes atribuirmos um tempo que dura (BERGSON, 2006:56-57).

É assim que o tempo real, que é a duração do antes no depois através da consciência, não existe fora do homem, ou seja, não é transcendental. O tempo real está no próprio homem que pela consciência o percebe e vivencia.

O filósofo também se questiona sobre a possibilidade de mensurar o tempo que dura, pois ele não é uma medida convencional e, por isso, demanda divisão e superposição. Contudo, segundo Henri Bergson, não há como superpor durações sucessivas para medi-las, nem mesmo dividi-las, pois estão em um progresso indivisível e global. Sendo assim, a única medição possível é pela “solidariedade entre a duração e a linha que a simboliza”, como destaca o autor: “Por outro lado, embora a duração real se torne divisível, como veremos, pela solidariedade que se estabelece entre ela e a linha que a simboliza, ela própria consiste num progresso indivisível e global”(BERGSON, 2006:56-57).

Com isso, o tempo que dura só pode ser medido por intermédio de seu movimento no espaço, ou seja, pela “solidariedade entre a duração e a linha que a simboliza”. Desse modo, o tempo é dividido e medido no espaço que é o lugar onde o movimento do desenrolar da duração é inscrito. Se o tempo que dura é medido por intermédio do movimento, este último também só é possível por intermédio de um espaço. Por isso, o espaço é entendido como o lugar de possibilidades da representação, divisão, do tempo. Assim, o tempo “se divide porque é espaço. O outro é duração. Sem o desenvolvimento contínuo, não haveria mais que espaço, e um espaço que, não subtendendo mais uma duração, não representaria mais o tempo” (BERGSON,

2006:59). Portanto, tempo-espaço possuem uma relação indissociável e são categorias experimentadas pelo próprio homem, não importando, segundo Henri Bergson, se podem existir, ou não, fora do homem (como, por exemplo, um Tempo único, universal de puros instantes), mas, sim, o que são a partir da experimentação humana de forma muitas vezes intuitiva.

Tempo-espaço são indissociáveis e colocam o homem como aquele que promove o surgimento do conceito de duração, que não pode ser considerado, de forma alguma, “a priori”, transcendental, já que se assim fosse seria totalmente irreal.

O interessante é perceber que para Henri Bergson o tempo real é aquele que deve ser experimentado pelo homem, não podendo ser tão somente uma grandeza matemática e, por isso, representacional e estática. O tempo real (duração) é aquele intuído, sentido, vivido que é pura criação a ser inscrita no espaço, este último entendido como receptorio da criação do tempo real. Em resumo, tempo real é duração que implica em consciência, ou seja, é o prolongamento do antes no depois através da experimentação pessoal e, por isso, a duração se torna uma em várias. A multiplicidade, a heterogeneidade das durações humanas encontram-se e preenchem o espaço.

Se para o filósofo Henri Bergson o tempo real deve ser uma experimentação pessoal e as outras interpretações temporais são consideradas irrealis porque não levam em consideração a intuição, sensação e vivência humana, a partir de agora se dará início ao diálogo com outro filósofo, que desenvolveu, durante o século XVIII, uma interpretação diferenciada sobre as noções de tempo e espaço.

Immanuel Kant, no ano de 1781 escreve “Crítica da Razão Prura”, obra que se dedica, sobretudo na primeira parte, a pensar as noções de tempo e espaço, além, de investigar os limites e as possibilidades do conhecimento humano. Contudo, interessa para o diálogo proposto sua concepção de tempo-espaço. Sendo assim, pode-se começar pelo próprio título da primeira parte da obra supracitada, intitulada “Estética Transcendental”, que, ao ser analisada, permite a interpretação dos termos: “estética”, entendido como “teoria da percepção” e “transcendental”, como “a priori”, possibilitando assim a chave de leitura daquilo que é percebido antes mesmo da própria experiência. E, de fato, é essa a noção que Kant tem acerca das categorias de tempo e

espaço, ou seja, são intuições puras “a priori”, necessárias e universais da percepção, bem como são as condições de possibilidade para o desenrolar das experiências.

Tempo-espaço são, simultaneamente, intuições puras “a priori” da experiência, mas também as condições de possibilidade para qualquer experiência. Assim, o tempo e espaço kantianos são transcendentais, ou seja, independem do homem para existirem como tais. Contudo, o contrário não é possível, ou seja, as experiências humanas só se dão nessas intuições puras “a priori” que são o tempo e espaço, que servem como condições de possibilidade às experiências.

Também é importante ressaltar que, por experiência, entende-se tudo aquilo que fornece ao espírito humano a possibilidade de conhecer, visto que a primeira relação do homem no mundo se dá através dos sentidos e, conseqüentemente, das experiências que o constituem. Desse modo, o espaço é a condição de possibilidade para que sejamos afetados pelos objetos dados por nossa sensibilidade e experimentação num tempo, para, posteriormente, aplicarmos a razão e aprofundarmos nosso conhecimento do mundo; conhecimento que é “a posteriori”, ou seja, intuição empírica, como pode ser observado na passagem seguinte:

Completamente desconhecida é para nós a natureza dos objetos em si mesmos e independentemente de toda esta receptividade da nossa sensibilidade. Conhecemos somente o nosso modo de os perceber, modo que nos é peculiar, mas pode muito bem não ser necessariamente o de todos os seres, conquanto seja o de todos os homens. É apenas dessa maneira que temos de nos ocupar. O espaço e o tempo são as formas puras desse modo de perceber. A sensação em geral constitui sua matéria. Aquelas formas, só podemos conhecê-las “a priori”, quer dizer, antes de qualquer percepção real. Por isso se denominam intuições puras. Ao contrário, a sensação é aquilo que, no nosso conhecimento, faz com que este se chame conhecimento “a posteriori”, isto é, intuição empírica (KANT, 2006:80).

Por fim, pode-se observar a divergência filosófica existente entre as perspectivas bergsoniana e kantiana em relação às noções de tempo e espaço. Pois, se para Henri Bergson tempo real era a duração que implicava em consciência e se desdobrava numa multiplicidade de durações criativas inscritas no espaço (interessando apenas o tempo-espaço que provinham da experiência pessoal), para Immanuel Kant tempo-espaço eram intuições puras “a priori”, transcendentais, que existiam independentemente da experiência humana, muito embora fossem as condições de possibilidade para o acontecer dessas experiências.

Já no campo da História, as noções de tempo-espço foram percebidas através de sua própria historicidade, ou seja, das diferentes formas de experimentação do tempo-espço no tempo.

Segundo o historiador Reinhart Koselleck<sup>2</sup> foi somente na Modernidade que se teve a constituição do tempo histórico, pois nesse momento iniciava-se uma nova forma de experimentação temporal; o tempo não mais atrelava-se à natureza, como ocorrera na Antiguidade Clássica, e nem mesmo a Deus, como na Idade Média.

Na Antiguidade Clássica, Reinhart Koselleck observou a existência de um tempo ligado à natureza (*physis*), e, por isso mesmo, tinha-se a necessidade de preservar na memória as ações grandiosas em si da obliteração do tempo, do esquecimento. A história (*Historie*) fora assim uma forma de registro, uma obra de memória, visto que os “primeiros historiadores” da Antiguidade Clássica almejavam travar uma luta contra o esquecimento, realizando o registro dos grandes feitos humanos (*érgon*), mantendo os homens, que eram mortais por natureza, eternamente “vivos” na lembrança. Mantinha-se assim um “equilíbrio” entre o mundo da natureza (*physis*), imortal, e o mundo dos homens, efêmero, que, somente através do registro de suas ações grandiosas, conseguiam para si o estatuto da imortalidade; estatuto este que garantia o “equilíbrio” com o *Kosmos*.

A história (*Historie*) era então entendida como uma coleção de narrativas ocorridas em um tempo que ligava-se aos ciclos da natureza. Narrativas essas que eram registros realizados por gregos como Heródoto<sup>3</sup> e Tucídides.<sup>4</sup> É importante ressaltar que, apesar de cada uma dessas figuras dos primeiros historiadores<sup>5</sup> possuírem seus próprios critérios para que pudessem registrar os fatos, ambos tinham em comum a luta contra o esquecimento. Era contra o caráter efêmero<sup>6</sup> das ações humanas que buscavam registrar os fatos que seriam grandiosos em si, e, portanto, dignos da imortalidade.

---

2 Ver KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

3 Ver HERÓDOTO. *História*. São Paulo: Ediouro, s/d.

4 Ver TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

5 Ver HARTOG, François. “Primeiras figuras do historiador na Grécia: historicidade e história”. In: *Os Antigos, o passado e o presente*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2003.

6 Ver MOMIGLIANO, Arnaldo. “A tradição herodoteana e tucidideana”. In: *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Bauru: Edusc, 2004.

Heródoto, por exemplo, durante sua investigação histórica aceitava não apenas o testemunho ocular, mas também o da oralidade. Tucídides, no entanto, privilegiava o “ver” em detrimento do “ouvir”, o que tornava seu registro centrado nas questões de seu tempo presente, justamente por adotar como critério necessário o testemunho ocular. Acreditava que somente através da observação dos acontecimentos seria possível conceber uma história que fosse uma “aquisição para sempre”. Postura essa que fez com que no século XIX Tucídides fosse retomado como uma figura de extrema importância, justamente por ter almejado registrar os fatos para que esses fossem uma “aquisição para sempre”. Porém, a contradição se faz presente quando Tucídides, por utilizar o critério da visão, escreve a história de seu tempo presente, algo que durante o Oitocentos seria impensável, visto que era desejável manter-se o mais afastado possível da contemporaneidade em que o historiador se encontrava, para que assim pudesse atingir a objetividade ao tratar os fatos. A crença na objetividade marcou grande parte dos historiadores alemães oitocentistas. Mas, o que é importante ressaltar é que, apesar do embate discursivo existente entre os critérios distintos utilizados, tanto Heródoto quanto Tucídides buscavam ir de encontro ao caráter efêmero das ações humanas, travando assim uma luta contra o esquecimento através do registro dos fatos grandiosos em si, que por serem dignos de recordação, ganhavam imortalidade devida. A história (*Historie*) seria uma coleção de relatos de fatos grandiosos em si.

O tempo, na Antiguidade Clássica, atrelado à natureza, aos seus ciclos, fazia do futuro a repetição de algo já ocorrido. Futuro e passado mantinham-se conhecidos, algo que possibilitou a instrução das gerações futuras a partir de exemplos passados, como se observa na historiografia romana.<sup>7</sup> Nesta, os relatos dos fatos passados eram “presentificados” através da fala dos grandes oradores. Cícero, por exemplo, utilizando-se da retórica que “destinava-se a ensinar, deleitar e mover” (CARVALHO, 2000:134), orientava seus contemporâneos no caminho da virtude (*virtú*) e na busca da manutenção do bem comum da *res publica*.

Sendo assim, é na *Historie* realizada na Antiguidade Clássica que se constrói uma coleção de narrativas de caráter exemplar; utilizadas para guiar os homens em suas ações futuras, fazendo com que não cometessem erros passados, pois a história

---

7 Sobre historiografia romana ver SALÚSTIO. *A conjuração de Catilina*. Petrópolis: Vozes, 1990.

(*Historie*) era entendida como “mestra da vida” (*Historia Magistra Vitae*).<sup>8</sup> É por isso que, segundo Koselleck, pode-se afirmar existir no período da Antiguidade Clássica um espaço de experiências no qual o horizonte de expectativas já se mostrava conhecido, pois a história (*Historie*), por ser uma coleção de exemplos que possuía o caráter instrutivo, repetir-se-ia como os ciclos da natureza, servindo assim para produção de um certo tipo de aperfeiçoamento moral ou intelectual, visto que o mundo era concebido a partir da eterna circularidade dos fatos. É, obviamente, nesse cenário antigo que o futuro é entendido como eterna repetição do passado, o que, conseqüentemente, transformava esse passado em modelo para um futuro já conhecido, fazendo com que passado e futuro se mantivessem “unidos” pela contínua repetição das experiências. Tudo se tornava compreensível a partir de exemplos do passado, uma experiência vivida encontraria um exemplo passado para guiar-se na ação, logo, não havia ameaça de “perda” do passado, pois este era conhecido porque se fazia presente no “futuro”.

Já na Idade Média, com a tradição judaico-cristã, tem-se início a experimentação de um tempo que apontava para um fim determinado (expectativas escatológicas; o futuro escatológico “irrompe”, dando sinais de sua chegada). Fim esse que se daria através da espera, e “chegada”, do dia do Juízo Final, o que fez com que o futuro se “integrasse” ao tempo, apesar de se ter um “fim” já conhecido. E justamente por já se ter o conhecimento da expectativa futura de fim do mundo é que se direcionava a ação humana para o Bem ou para o Mal, pois seria somente após a morte que se atingiria a realização dos prazeres que na Terra não poderiam ser alcançados, devido ao comportamento moldado por uma vida de resignação.

Sendo assim, é importante ressaltar que também durante a época medieval o futuro já se mostrava conhecido, não havendo por isso alargamento na categoria histórica de “horizonte de expectativas”, mesmo quando se abandonou aqui a concepção de tempo atrelado à natureza vivida pelos antigos; o que faz com que a ameaça de “perda” do passado ainda não seja presente, o futuro continuava a se inscrever no passado, permanecendo conhecido.

Foi no Renascimento que se constatou, a partir dos incansáveis “adiamentos” de um fim do mundo previsto, a substituição da ideia de futuro como um fim, inaugurando assim, com isso, um tempo diferente e novo, já que com a erosão das previsões de fim

---

8 Ver KOSELLECK, Reinhart. *Op. Cit.*

do mundo aparece, no cenário da Renascença, a possibilidade de se constituir “esboços do porvir”. E isso se dava através do estabelecimento racional de prognósticos possíveis (estes eram diagnósticos capazes de inscrever o passado no futuro), traçados em relação a um futuro concebido de maneira limitada. No entanto, como tais prognósticos eram calculados a partir do espaço de experiências passadas, o antigo *topos* da *Historia Magistra Vitae* não conseguia a dissolução por completo, pois ainda não se tinha como conceber um futuro verdadeiramente desconhecido, ou seja, de caráter totalmente inédito. O passado continuava conhecido, não tendo por isso a ameaça de sua perda; algo que só ocorrerá na Modernidade, que se caracterizará pelo advento de um tempo novo, rompendo assim com a temporalidade anterior. Algo que pode ser evidenciado na frase de Tocqueville: “Desde que o passado deixou de lançar luz sobre o futuro, o espírito humano erra nas trevas” (KOSELLECK, 2006:47).

Foi somente na Modernidade que a concepção da(s) história(s) como sendo uma coleção de relatos de fatos isolados que buscavam orientar a ação dos homens caiu por terra. E o episódio fundamental para que essa mudança radical ocorresse no modo de concepção da história (*Historie* para *Geschichte*) foi o da Revolução Francesa (1789), visto que tal acontecimento fora entendido como sendo algo singular “nas histórias” até então vividas. Não mais poder-se-ia buscar a orientação das ações no passado, e justamente pelo seu caráter de ineditismo, se inaugura, no século XVIII, um novo modo de se conceber a história (ocorrendo a mudança não somente ao nível da experiência, mas também, anteriormente a 1789, ao linguístico, com o deslocamento lexical, na Alemanha, de *Historie* para *Geschichte*), como também o próprio tempo histórico (que se constitui entre experiência e expectativa, sendo agora um ritmo temporal próprio dos homens, de suas ações) que, nesse momento, desvinculado do tempo natural era visto como um processo no qual toda humanidade estava incluída.

Ocorria assim, segundo Koselleck, a dissolução do antigo *topos* (*Historia Magistra Vitae*) dando início à concepção de história (*Geschichte*) como sendo um singular coletivo, como uma “história em si” e para si, como um processo no qual toda a humanidade estaria inserida, destituindo-se assim de todo e qualquer significado de narrativa exemplar. A dissolução do *topos* acarretou na contração do espaço de experiência e no alargamento do horizonte de expectativa, já que a história perdia seu



caráter de mestra da vida se abrindo, ainda no Setecentos, para um futuro incerto, desconhecido, inédito.

O futuro agora se tornava inédito e o passado desconhecido, pois ocorrera o esgarçamento entre espaço de experiência e horizonte de expectativa. O tempo histórico proveniente da nova forma de se entender a história (*Geschichte*) na Modernidade fez com que a ignorância acerca do passado servisse de “motor” para que se irrompesse a História como uma disciplina autônoma, na qual o “conhecimento do passado torna-se tarefa de uma disciplina com todas as implicações daí recorrentes – um método, um aprendizado, uma carreira” (GUIMARÃES, 2002:184). Tendo na escrita da história oitocentista uma possibilidade de recuperar esse passado.

O tempo, a partir da Modernidade, acelerou-se, promovendo uma nova experimentação do mesmo, e o passado, que se tornara estranho, encontrava-se sob o risco da perda. Era assim preciso criar meios para sua ressignificação, fazendo com que fosse desejável trazer o passado para o presente. E foi devido a essa incerteza, a esse mal-estar em relação ao passado que no cenário oitocentista a história (*Geschichte*), como disciplina autônoma, foi pensada; surgindo como um meio possível contra a perda de todo o pretérito. Desse modo, as abordagens políticas produzidas na Alemanha oitocentista, sobretudo a partir da concepção histórica de Leopold von Ranke e seus discípulos surgiu como possibilidade de trazer o passado ao presente.

Contudo, o historicismo rankeano não fora a única saída para resguardar o passado de sua perda, as Filosofias da História oitocentistas também se mostraram eficazes e não pouparam esforços ao estabelecerem seus horizontes utópicos para a manutenção do passado no presente vislumbrando um futuro já idealizado.

E é assim, através das várias transformações que a história sofreu ao longo do tempo, que pode-se observar a mudança provocada pelo esgarçamento entre “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”, ocorrida na Modernidade. Mudança que desencadeou a ameaça da perda do passado, que, por não mais mostrar-se dotado de sentido, precisava ser re-presentado na tentativa de minimizar o hiato existente entre passado e presente.

Desse modo, Reinhart Koselleck analisou as diferentes formas encontradas pelas sociedades ocidentais de se relacionarem com o tempo, destacando as “mutações da história” ao longo do mesmo.

Sendo assim, destaca-se que a própria História é dotada de historicidade, contudo fora a partir do evento singular de 1789 que Reinhart Koselleck observou a queda do antigo *topos* – baseado em um futuro já conhecido, para um tempo no qual o passado se encontrava na eminência de se perder, tamanha a distância imposta entre o espaço de experiência (espaço) e o horizonte de expectativas (tempo), este último agora totalmente inédito. Com isso, as maneiras de se interpretar o tempo-espaço são várias, mas para o historiador a proposta de se pensar essas noções na História surgem a partir das possibilidades advindas da “História dos Conceitos” que tem por princípio tentar estudar os conceitos contidos na linguagem a partir dos vários significados a ele agregados pelas experiências político-sociais, tanto sincronicamente, como diacronicamente, como fizera com o próprio conceito de História, interpretando suas mudanças no tempo e no espaço, a partir das categorias de “espaço de experiência” e “horizonte de expectativas”.

Já para Hans Gumbrecht, em seu livro dedicado ao ano de 1926, o autor busca realizar um ensaio sobre a simultaneidade histórica, fazendo com que o presente ganhe importância em sua escrita na busca de subtrair a sequencialidade em prol da simultaneidade. Assim, a importância dada ao presente e o desejo de uma experiência imediata do passado permitem com que o conceito de simultaneidade seja atrelado à teoria do presente, como pode ser observado na seguinte passagem: “o desejo de uma experiência imediata do passado surgiu dentro da nova e ampla dimensão do presente” (GUMBRECHT, 1999:470). O “novo presente” é entendido, segundo o autor, como “uma moldura para a experiência da simultaneidade”, por sua vez, essa simultaneidade pode ser associada à crise que perdurou na História.

A História, segundo Hans Gumbrecht, é marcada pelo signo da crise, pois todas as tentativas de transpor a barreira temporal imposta pelo hiato existente entre passado e presente foram frustradas. A primeira delas foi a partir da interrogação de “como podemos aprender com a História”, pois sua impossibilidade de servir como depósito de ensinamentos via exemplos passados por todo o sempre perdurou até o início da era moderna quando, a crença do tempo como um agente imutável, cai por terra.

Instaurada essa primeira crise histórica ocasionada pela inviabilidade de aprender com os exemplos passados, sua “superação” viria com a resposta dada pelas

“filosofias da História” que foram capazes de transformar o passado e o presente através da promessa de fim da alteridade com o estabelecimento de seus horizontes utópicos, assim se desenhava na História a possibilidade de prever os acontecimentos. Contudo, também não fora através das “filosofias da História” que a crise histórica seria superada em definitivo. A promessa de diminuição das alteridades e a crença num futuro promissor não conseguiriam tirar do horizonte da história sua crise. Ainda mais porque juntamente com a “crença do progresso futuro” estavam as imagens de ameaças, catástrofes e guerras; demonstrando assim a imprevisibilidade do porvir.

Desse modo, nem o passado, como repositório de exemplos, nem o futuro, como promessa de progresso, puderam dar conta de acabar com a crise histórica. Nem passado, nem futuro faziam com que o conhecimento histórico encontrasse um porto seguro da crise.

Contudo, observa Hans Gumbrecht, uma saída para a crise viria com a abordagem de inspiração pós-moderna de viés foucaultiano do “Novo Historicismo” americano que seria, segundo o autor, um “gesto estilístico (no sentido mais amplo deste conceito) que reúne num conjunto vago mas, certamente, muito impressionante, diferentes correntes da mesma atmosfera intelectual”(GUMBRECHT, 1999:463).

Assim, com inspiração na proposta de Michel Foucault de análise discursiva, os historiadores do “Novo Historicismo” tinham a meta de escrever “realidades históricas”, inventadas, segundo o autor, a partir da seguinte equação: “escrever História = inventar realidade histórica; inventar realidade histórica = fazer realidade histórica”(GUMBRECHT, 1999:465).

Desse modo, o foco do “Novo Historicismo” seria não mais aprender com a História, como ocorrera outrora, mas, sim, “como os historiadores podem tornar a História real!”(GUMBRECHT, 1999:465).

Mais uma vez, ocorria no cenário historiográfico uma novo proposta de abordagem histórica fracassada.

Se o passado como depositório de exemplos às gerações futuras, a crença no progresso de um porvir e a análise discursiva que cria realidades falharam, Hans Gumbrecht observa o surgimento do “presente ampliado”:

A origem deste “presente mais amplo” está numa relutância crescente a atravessar a fronteira entre o presente e o futuro (ou, alternativamente, a impressão de que esta fronteira se tornou uma linha que se afasta cada vez mais). Pois uma vez que o otimismo em relação ao conceito de progresso foi frustrado, o futuro voltou a se tornar ameaçador: ele é agora habitado por imagens da catástrofe nuclear e poluição do nosso meio ambiente, de superpopulação e eclosão de epidemias. E mesmo aqueles que resistem a este pessimismo têm dificuldade para conceber um cenário positivo (muito menos utópico). Do outro lado do nosso presente amplo, novos métodos de reproduzir mundos passados (de registros sonoros à culinária e as edições em fac-símile) nos inundam com seus produtos. Estas transformações do nosso futuro e do nosso passado produziram um presente no qual as imagens do futuro e as reminiscências do passado se superpõem em graus crescentes de complexidade - em geral desestruturada (GUMBRECHT, 1999:469).

Assim, o presente busca os “mundos passados” que aparecem a partir de sua ligação com um tempo histórico que se foca na simultaneidade e na ação. Daí o desejo por uma experiência direta desses “mundos passados” que, ao serem tratados por historiadores que compartilham das mesmas perspectivas históricas de Hans Gumbrecht, são sempre simulacros do passado. Contudo, o esforço de demonstrar e de experimentar esses mundos ocorre mesmo tendo a consciência da impossibilidade de transpor a barreira temporal.

Com isso, observa o autor a tentativa de experimentar a sensação de “estar-no-mundo de 1926”:

Mas, ao chamar o mundo cotidiano de 1926 de um “espaço de simultaneidade”, quero fazer mais que simplesmente apontar sua dimensão temporal. Com o significado não metafórico da palavra “espaço”, também me refiro ao desejo de trazer fenômenos e configurações a uma posição (ilusória ou não) de proximidade espacial somente esta proximidade nos capacitaria de fato a tocar, cheirar e ouvir o passado. Como um aspecto do tempo, porém, a simultaneidade permite relações paradoxais entre os fenômenos representados. Pois se o que chamamos de paradoxo é a presença simultânea de dois termos contraditórios, decorre logicamente daí que uma perspectiva historiográfica de simultaneidade engendra múltiplos paradoxos.

Escolher a simultaneidade como a condição estrutural desse livro não exigiu apenas uma tolerância em relação aos paradoxos. Também exclui independente de quaisquer preferências filosóficas a possibilidade de tratar sujeito como agentes, porque só se pode creditar controle a uma ação numa narrativa, e a narrativa requer sequencialidade. Portanto, o mundo de 1926 aparece aqui como um palco sem atores. É claro que isto não significa que “não estou interessado em pessoas”, mas é uma consequência da forma que eu escolhi para re-presentação de uma ano do passado (GUMBRECHT, 1999:480-481).

Desse modo, o conceito de simultaneidade proposto pelo autor não é tão somente uma tentativa de abordagem histórica sincrônica no modo de dialogar com as fontes e construir sua narrativa, ela também é o meio de poder tornar simultâneo, mesmo que seja apenas por fragmentos, o não simultâneo. Parte-se do presente e retorna-se ao presente, afinal a História é feita para os vivos.

Assim, se a sequencialidade é subtraída a favor do conceito de simultaneidade, observa-se que, não por acaso, a obra de Hans Gumbrecht é disposta a partir de verbetes que tentam dar ao leitor a sensação de “estar-no-mundo de 1926”, não com o intuito de ser uma descrição detalhada da realidade histórica, mas, em alguma medida, representar o ambiente histórico o mais possível, visto ser este sempre um simulacro daquilo que um dia existiu.

Por fim, o importante é atentar que as noções de tempo-espaço são categorias centrais para todos os pensadores supracitados que as interpretaram de forma singular, o que confirma o caráter relativo de experimentar o tempo e o espaço, ou seja, se para o filósofo Henri Bergson tempo é aquilo que é vivido, para Immanuel Kant tempo-espaço são “a priori” de qualquer experiência, enquanto que para o historiador Reinhart Koselleck o tempo possui sua própria historicidade, para Hans Gumbrecht há a quebra da sequencialidade temporal em prol de um entendimento que priorize a simultaneidade histórica. Assim, o importante é ressaltar que os autores escolhidos interpretam, cada qual a seu modo, o que lhes parece ser tempo-espaço, o que aponta à importância de se compreender que tipo de entendimento de tempo-espaço se tem quando se inicia um estudo, visto que para nos afastarmos o mais possível dos anacronismos é fundamental que se tenha a consciência de entender como se dava a experimentação temporal do objeto a ser estudado.

Talvez, seja a dinâmica temporal associada à subjetividade humana que possibilite a multiplicidade de experimentações/interpretações acerca do tempo-espaço. Portanto, se vivemos sob o signo da dinâmica do tempo, sobretudo em um tempo que parece acelerar-se cada vez mais, o exercício de pensá-lo para melhor compreendê-lo ganha relevância, sobretudo, se a reflexão tiver como meta uma maior conscientização da dinâmica temporal para que nas respectivas áreas do conhecimento se possa evitar os perigos decorrentes do anacronismo.

## Referências bibliográficas

- BERGSON, Henri. *Duração e simultaneidade: a propósito da Teoria de Einstein*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- CARVALHO, José Murilo de. “História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura”. In: *Topoi*, Rio de Janeiro, setembro de 2000.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. “Entre amadorismo e profissionalismo: as tensões da prática histórica no século XIX”. In: *Topoi*, Rio de Janeiro, dezembro de 2002.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Em 1926: vivendo no limite do tempo*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- HARTOG, François. “Primeiras figuras do historiador na Grécia: historicidade e história”. In: *Os Antigos, o passado e o presente*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2003.
- HERÓDOTO. *História*. São Paulo: Ediouro, s/d.
- KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Pura*. São Paulo: Martin Claret, 2006.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.
- \_\_\_\_\_. *historia/Historia*. Madrid: Editorial Trotta, 2004.
- \_\_\_\_\_. “Uma História dos conceitos: problemas teóricos e práticos”. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1992.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Bauru: Edusc, 2004.
- SALÚSTIO. *A conjuração de Catilina*. Petrópolis: Vozes, 1990.
- TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.